



(IN) VISIBILIDADE DA IDENTIDADE DAS MULHERES DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DE PERNAMBUCO

Maria Guadalupe de Araújo Silva
lupinha18@hotmail.com
Allene Lage
allene Lage@yahoo.com.br
(UFPE)

Resumo

Esta pesquisa de iniciação científica está vinculada a uma pesquisa de produtividade científica do CNPq, coordenado pela Dra. Allene Lage, intitulada “A Mulher nos Movimentos Sociais do Campo - Identidades, Saberes de Luta e Educação: Um Estudo Comparado entre as Mulheres do Movimento do Sem Terra e as do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais”. Este trabalho surge da necessidade de ampliar a compreensão do lugar social das mulheres dentro do movimento sociais do campo, das suas lutas contra a violência dentro de uma sociedade patriarcal, que constrói e produz processos de (in)visibilização das identidades femininas, visto que suas ausências e subalternizações conduzem um sentimento de inferioridade das mulheres nas diversas esferas da sociedade. Vale salientar que o surgimento desta pesquisa se ancora na perspectiva acadêmica e social de identificar as práticas educativas utilizadas pelos movimentos sociais do campo para o enfrentamento das ausências, subalternizações que (in) visibilizam a identidade da mulher trabalhadora rural e as práticas educativas vivenciadas para despertar uma consciência política que contribui para a luta de superação destes processos de exclusão social. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, tendo por base a observação participante. As nossas conclusões apontam para a compreensão de que a luta contra os processos de invisibilização das mulheres dos movimentos sociais do campo se dá por meio de processos educativos e de vivências políticas, nos quais envolvem a (re) elaboração de saberes. Aspectos da identidade e subjetividade das mulheres são e continuam sendo silenciados, mas este silenciamento se torna frágil, na medida em que as mulheres vão se emancipando e criando novas concepções sobre as relações de gênero.

Palavras-chave: Mulher. Movimentos Sociais do Campo. Identidade. Invisibilidade.

Apresentação do tema

Para iniciarmos esta discussão trouxemos a concepção educativa de movimentos sociais de Miguel Arroyo (2003) que afirma “os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como têm agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade”. E ainda acrescenta que estes “revelam à teoria e ao fazer pedagógico a centralidade que têm as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação” (ARROYO, 2003, p. 5).

É nesta acepção que construiremos uma reflexão teórica partindo do pressuposto que os movimentos sociais estão em prol de uma luta política, social, identitária e histórica a favor dos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sujeitos que foram subalternizados, mas que no reconhecimento de sua capacidade de luta pela transformação social, transcendem este lugar de subalternidade, rompendo as invisibilidades e partem para os embates conscientes e politizados.

Neste sentido concordamos com Arroyo (2003, p. 5) quando afirma que: “nos lembram quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana”. Seguindo este princípio da luta pela sobrevivência, identificamos como o maior objetivo da sociedade a paz, o bem comum e a justiça social, alicerçada na busca pela dignidade humana e pela cidadania, que se contrapõe aos ideias neoliberais. Os movimentos contemplados neste estudo serão o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Pernambuco (MST) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais Nordeste (MMTR/NE).

Processos sociais de construção das (in)visibilidades das mulheres camponesas

Lage (2005) afirma que, se, por um lado, o olhar de subalternidade oculta muitas experiências sociais, por outro lado, os reflexos deste olhar servem de espelho para que muitas iniciativas ocultadas, negadas e subtraídas despertem, nos seus próprios atores, sentimentos de insuficiência, de vergonha, de fracasso e de culpabilidade (LAGE, 2005, p.38). Nesta direção pretendemos refletir como são construídos e vivenciados os processos de (in)visibilização da identidade das mulheres camponesas dentro dos Movimentos Sociais do Campo no estado de Pernambuco. Assim, compreendemos de acordo com Giuliani (2008) que:

Para alcançar os direitos sociais as trabalhadoras impulsionam modificações complexas que atingem arraigadas dimensões culturais na divisão sexual do trabalho. Elas questionam sua marginalização na definição dos direitos, tentam abolir a discriminação de gênero, nas relações econômicas, culturais e sociais exigindo também a igualdade com os maridos no exercício das responsabilidades familiares (GIULIANI, 2008, p. 665).

No interior dos Movimentos Sociais do Campo a discussão sobre o papel da mulher ou sobre as relação de gêneros iniciaram com a CPT –Comissão da Pastoral da Terra que foi a primeira organização a introduzir a discussão sobre gênero na luta pela terra em 1975 (FERREIRA,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

2007, p. 242). Enquanto que no MST essa discussão foi inserida nos debates no ano de 1985 (SILVA, 2004, p. 90)

Embora que a discussão em torno da categoria gênero foi iniciada em 1970 pelas teóricas feministas, o conceito de gênero foi construído com conexões com o desenvolvimento do movimento feminista. Para Albernaz e Longhi (2009) a categoria gênero foi cunhada com essa finalidade, para compreender como a relação entre natureza e cultura opera como justificativa das desigualdades entre homens e mulheres (ALBERNAZ & LONGHI, 2009, p. 81).

Percebemos que a discussão sobre as relações de gênero dentro dos movimentos sociais teve o seu desenvolvimento um pouco lento. No contexto nacional para Lage (2009) o primeiro encontro nacional de mulheres ocorrido em 1986, em Barueri, São Paulo apoiado pela CUT e pelo MST, que teve como objetivo de criar uma organização nacional de trabalhadoras rurais, contribuiu para o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste em 1986, e da Articulação das Instancias das Mulheres Trabalhadoras Rurais-Sul (AIMTR-Sul) (LAGE, 2009, p.15)

A luta dos movimentos sociais possui em sua demanda a construção de um novo projeto societário e este possuem como objetivos mais credíveis as questões de classe e trabalho, sendo por vezes as questões do papel social da mulher se constituindo em secundárias, por isso a necessidade de movimentos que visualizem as especificidades das mulheres, mas que não deixem de lado as questões sociais. Reconhecer que as mulheres são importantes no processo de luta dos movimentos sociais requer compreender as suas especificidades em meio à luta como sujeitos que são diferentes biologicamente e fisicamente, porém a diferença e as desigualdades não estão assentadas no biológico, mas na cultura que determina como devem ser os sujeitos sociais. Através da cultura que são estabelecidos os comportamentos sociais dos homens e das mulheres e de suas relações sobre isto Geertz (1978) afirma:

[...] que a cultura organiza a sociabilidade dos grupos, canaliza o saber vivido para mudanças de comportamentos; ela é um mecanismo de trocas que humaniza as relações sociais, tornando possível a transformação. A cultura é constituída por um sistema simbólico presente nas atividades humanas, ou melhor, ela é o universo de sentido e de valores que o grupo social dá àquilo que considera como sua realidade (GEERTZ, 1978, p. 67).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Com base nesta podemos afirmar que ser homem ou ser mulher é uma criação humana resultado das nossas relações sociais com os nossos pares que desencadeia um processo de classificação, sendo, portanto uma maneira de classificar e determinar o ser feminino e o ser masculino. E esta classificação vai orientar a nossa forma de ser, viver e estar no mundo irá ordenar a nosso pensamento e vida em sociedade.

No contexto do campo as relações desiguais de gênero são mais fáceis de serem observadas e ainda são mais acentuadas de modo a subordinar a mulher mais ainda ao patriarcalismo, ao espaço da casa como seu espaço de existência social, sem ocupar nem um espaço público, nem um trabalho produtivo dependendo do campo. Mas vale ressaltar que a execução de algum trabalho produtivo pode ser realizada no próprio espaço da casa, como por exemplo, algumas mulheres que fazem artesanato.

Embora que, por vezes, o campo não apresente estruturas e espaços públicos para o trabalho de produção comercial e conseqüentemente a execução de alguma profissão pelas mulheres. Isso é ressaltado por Nobre (1998) quando afirma que:

Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, pecuária, enfim tudo que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais), tudo que é feito para o consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros. A casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho (NOBRE, 1998, p.17).

Essa ausência de reconhecimento do trabalho da mulher em casa como um trabalho produtivo se constitui em uma das dimensões de sua invisibilização e subalternização face ao homem, por ser este o provedor da casa, da família, da “sua mulher”. Nesta direção compreendemos outras dimensões que também são responsáveis por esse processo de busca pela subalternização da mulher como a sociedade patriarcal, o acesso negado à educação, a participação política e o reconhecimento do seu trabalho como gerador de renda e valor social.

Então partiremos da ideia de que as relações desiguais de gênero ocorrem tanto no campo como na cidade e diante disto irá apresentar algumas particularidades, quando se trata de violência, tal como afirma Scott, Rodrigues e Saraiva (2010):





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Os desafios de implementar certo de certos tipos de ação, cada vez mais realizadas no meio urbano, passam por recursos, por distância, por disponibilidade de funcionários, por dificuldades de anonimato, por oposição no poder local e por uma série de outros fatores que deixam as mulheres rurais expostas à sensação de impotência e a experiência de se sentirem alvos de esquecimento sistemático (SCOTT, RODRIGUES & SARAIVA, 2010, p. 75).

Dessa forma, vê-se que estas mulheres camponesas são entregues ao abandono e esquecimento do poder público, e que por muitas vezes não tiveram direito a educação escolarizada, e que quando tiveram foi de forma precária. Compreendemos que o posicionamento da mulher do campo assume uma configuração diferente, pois como afirma Hernández (2010) citando Carneiro (1994) “é preciso considerar que a simbiose “mulher-terra-família” faz parte da identidade feminina no campo que se impõe perante ao paradigma das relações de Gênero às mudanças na posição da mulher no contexto rural” (HERNÁNDEZ, 2010, p. 115 *apud* CARNEIRO, 1994, p. 21).

Essa relação mulher-família-terra traz consigo uma forma de subordinar a mulher a uma situação de responsabilidade que não percebe a sua significação social sobre outro viés, um viés de emancipação, e quando estas saem do campo para a cidade não é porque a oferta de oportunidades são melhores não, isso é firmado por Abramovay (1998) que:

As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este “viés de gênero” no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas a precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam ter as moças no interior das famílias de agricultores” (ABRAMOVAY, 1998, p. 32).

Essa realidade é explicada por vários fatores entre eles um de extrema importância a educação proferida as mulheres, pois mulheres que tiveram mais acesso à educação conhecem melhor seus direitos, seu corpo, o papel social que possuem podendo se colocar melhor diante dos desafios encontrados e impostos as mulheres por a educação do campo se configurar em uma dinâmica de reconhecimento da especificidade dos sujeitos, da sua identidade, do espaço e território e ocupam, é preciso que esta também esteja engajada na luta das mulheres por relações de Gênero mais justas e igualitárias percebendo claro, as particularidades de cada sexo, isso no campo biológico.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Deste modo a luta por relações justas de respeito, pelo reconhecimento da função social da mulher, do seu trabalho, da sua empregabilidade, da sua identidade, subjetividades, territorialidades e linguagens precisam ser engajados em uma dimensão de lutas sociais contra a discriminação e exclusão social.

Ao trazermos esta perspectiva para estudo aqui realizado a partir dos movimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Pernambuco (MST) e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE) percebemos que a luta contra a estes processos de invisibilização sobre as mulheres camponesas, dentro ou fora dos movimentos ocorrem por meio de ações educativas em que as mulheres buscam através de ações coletivas, nas quais mobilizam seus conhecimentos, contribuindo assim para o fortalecimento desta luta, por meio de políticas públicas de educação, saúde e conscientização dos militantes de ambos os movimentos.

Práticas educativas para a luta política

Para iniciarmos essa discussão epistemológica trataremos a definição de educação não formal de Gonh (2008), que designa seis campos ou dimensões para a mesma. O primeiro envolve a aprendizagem dos direitos políticos, da conscientização dos cidadãos. O segundo a capacitação dos indivíduos para o trabalho por meio da aprendizagem de habilidades ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários. O quarto a aprendizagem dos conteúdos de escolarização formal escolar, pois em formas e espaços diferenciados o ato de ensino se concretiza de forma mais espontânea. O quinto é a educação desenvolvida na e pela mídia, em especial a eletrônica e por último e sexto a educação para a vida ou para a arte de bem viver (GONH, 2008, p. 99)

Quando Gonh (2008) nos apresenta essas dimensões ou campos da educação não formal percebemos estes como importantes para o empoderamento dos militantes dos movimentos sociais, e principalmente no que se refere à aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, pois vale ressaltar que o





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

conhecimento dos nossos direitos e deveres na sociedade nos possibilita ações mais concretas para que assim possamos lutar de forma consciente pelos nossos direitos em uma luta política.

E quando falamos em educação para os/as militantes dos movimentos sociais é necessário delimitar que esta precisa estar em consonância com a identidade e subjetividade que estes possuem, para que de fato seja significativa e os instrumentalize na luta política por uma sociedade mais justa e igualitária, neste caso específico a luta dentro dos Movimentos Sociais do Campo. Diante disto Batista (2007) ressalta a importância dos traços da identidade dos sujeitos militantes dos movimentos sociais do campo e a educação a eles/as proferida afirmando que:

Identifica-se nos Movimentos Sociais do Campo, a tentativa de realçar alguns dos traços da identidade dos sujeitos em movimento e da educação voltada a eles. Destacam-se, entre outros: a busca de uma identidade política de movimento e de classe pelo conceito de camponês, como entre os diversos sujeitos envolvidos na luta pela terra e no trabalho no campo; a terra como instrumento de vida, de cultura, de produção; o trabalho camponês como princípio educativo; a valorização da cultura camponesa, da experiência de vida dos sujeitos do campo; a educação como instrumento intrínseco ao projeto de sociedade e de desenvolvimento que defendem. Esses elementos embasam a construção de um paradigma de educação construído pelos sujeitos coletivos que afirmam, reivindicam uma educação identificada com eles mesmos (BATISTA, 2007, p. 176).

De fato, os Movimentos Sociais do Campo desde muitas décadas lutam por uma educação que identifique a identidade dos sujeitos camponeses e esta luta iniciou-se a partir da luta dos movimentos sociais por uma pedagogia que valorizasse a cultura e a identidade camponesa e instrumentalizasse a luta dos sujeitos subalternizados por meio da educação, e ao mesmo tempo uma estratégia de redemocratização do país.

Para compreendermos melhor este percurso de luta, cabe fazermos uma pequena introdução histórica da luta por uma Educação do Campo, que se iniciou a partir da influência do Manifesto dos Pioneiros que assumia a concepção de uma escola democrática para todos, com base em uma cultura geral comum, e esta luta se estendeu pelas décadas de 40 até 90, e nesta última década foi instaurada a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, entidade supra organizacional, uma organização que está acima da organização comum, é constituída por vários representantes de várias organizações, que tem como função, segundo os cadernos da SECAD:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

“promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional” (SECAD, 2007, p. 10-12).

Contudo é preciso salientar que esta luta por uma educação do campo se constitui em uma das ações importantes para os Movimentos Sociais do Campo que trabalham na perspectiva da coletividade, como nos afirma novamente Batista (2007):

No agir coletivo, ocorre um processo de aprendizagem coletiva. Nessa experiência de luta, aprende-se a ser sujeito; esse aprender e ensinar coletivo se configura como educação popular, uma educação não-formal a partir de práticas sociais que compõem os processos sociais vividos pelos indivíduos políticos em ação política, nos processos de organização social que promovem a formação humana com ênfase na formação política, na cidadania, na solidariedade. Essa pedagogia do movimento se dá por meio das vivências que possibilitam as relações entre sujeitos políticos que se fazem seres históricos no caminhar da luta, é uma pedagogia da luta social (BATISTA, 2007, p. 176).

Esse aprender coletivo é um dos elementos que fortalece a luta dos militantes no interior dos movimentos sociais. A educação dentro dos movimentos sociais traz o processo educativo como algo inerente ao ser humano na busca de um aprender político, calcado na intencionalidade do resgate da dignidade humana e da cidadania. Nesta direção Freire (1996) afirma que é necessário o respeito que nasce das relações justas, sérias, humildes, generosas [...]. (FREIRE, 1996, p. 92). Este instrumento permeia uma prática voltada para a formação integral do sujeito em face de sociedade visando à transformação da realidade social a qual estão inseridos, a educação como mediadora ou ferramenta primordial nessa tarefa de transformação social. Neste sentido Souza (2001, p. 33) entende que as práticas educativas devem ser pensadas conjuntamente com a finalidade de:

[...] superar o egoísmo, a competição, a inveja, o desejo, o desrespeito, a exploração, a dominação, a subordinação e nos contribuir como altruístas, cooperativos, respeitosa, solidárias, capazes de conviver com os diferentes sendo melhores e ajudando os outros a serem de uma maior igualdade social e superação das exclusões entre os seres humanos, na convivência de suas diferenças culturais e psicológicas (SOUZA, 2000, p. 33).

Diante disto esta concepção no oferece a possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária, que compreenda todos os sujeitos sociais como ser de individualidade, autonomia, diferença e diversidade.





Metodologia

Esta pesquisa, em andamento, tem o intuito de contribuir com a sistematização do conhecimento concernente aos movimentos sociais e a mulher do campo. Neste sentido Gil define pesquisa como o “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico” (GIL, 2008, p. 26). Assim, optamos por uma pesquisa mais qualitativa, de modo que os nossos resultados possam contribuir para ampliar o conhecimento sobre as questões centrais deste estudo.

Método da Pesquisa

Para fins desta pesquisa iremos utilizar o *método do caso alargado*, pois este é uma estrutura metodológica que fundamenta o trabalho com foco num aprofundamento da conclusão do estudo de caso, propiciando ampliar as considerações relevantes sobre o objeto de estudo. Segundo Santos (1983):

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (SANTOS, 1983:11).

Utilizaremos também do *estudo comparado* já que pretendemos estudar os fenômenos do nosso objeto de estudo em dois casos, com o intuito de evidenciar as compreensões dos sujeitos em atuação nos seus respectivos cenários, tendo por parâmetro a compreensão de Lage (2005), que diz:

não se deve realizar uma comparação entre as lutas sociais, pretendendo apontar prós e contras, colocando-as numa disputa política [...], pois comparar é estabelecer pontes, aproximar margens, abrir caminhos para o diálogo, e neste sentido deve-se procurar, ao comparar, ampliar o universo das possibilidades das experiências que se compara (LAGE, 2005, p. 676).

Delimitação da Pesquisa





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A nossa pesquisa está delimitada ao estudo de dois Movimentos Sociais do Campo sendo estes: o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste-MMTR/NE e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco-MST com foco na questão de identificar quais os processos (in)visibilização das indentidades femininas, refletindo na (re) construção da visibilização identitária para a sua luta política.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - PE	MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS - NE
Ano de Fundação: 1989 com a primeira ocupação de Terra em SUAPE Município do Cabo-PE.	Ano de Fundação: 1986
Origem: Pastorais da Terra	Origem: Sindicatos rurais
Nº aproximado de pessoas da organização: 12 mil famílias Assentadas e 18 mil acampados em Pernambuco em 154 assentamentos.	Nº aproximado de pessoas da organização: 180
Área de atuação geográfica: Ao nível nacional está organizado em 24 Estados brasileiros. Em Pernambuco está organizado em todas as regiões do Estado.	Área de atuação geográfica: Região Nordeste
Objetivos gerais ou missão da organização: O principal objeto do MST é realização de uma Reforma agrária no Brasil e a concretização de uma sociedade socialista	Objetivos gerais ou missão da organização: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular, capacitar e organizar mulheres trabalhadoras rurais nos nove Estados do Nordeste despertando e fortalecendo grupos e outras organizações de modo a construir na elevação de sua autonomia auto-estima e criatividade para o enfrentamento de problemas e desafios do mundo rural principalmente no combate a todo tipo de discriminação e violência sexista rumo à construção de novas relações de gênero e de uma sociedade justa e solidária; ▪ Reforçar a participação consciente das mulheres trabalhadoras rurais para transformar a realidade de opressão nas relações existentes; ▪ Construir mecanismos para ampliar a participação das mulheres trabalhadoras rurais nos espaços públicos a nível Estadual, Regional, Nacional e Latino América; ▪ Trabalhar a questão da produção, articulando-se com a problemática de gênero e as políticas de governo para o campo.
Temas, áreas de trabalho ou atuação Educação, Produção, Formação Política, Saúde Alternativa e Preventiva, Cultura, Comunicação, Gênero, Direitos Humanos e Meio Ambiente.	Temas, áreas de trabalho ou atuação Articulação, Capacitando e organizando: Relações de Gênero; Violência Contra Mulher; Cidadania; Relações de Parcerias; Valorização da Arte e da Cultura; Políticas Públicas; Terra, Produção e Geração de Renda; Convivência com o Semi-Árido; Fortalecimento Institucional; Formação de Educadoras; Capacitação de Lideranças.

As informações foram extraídas do Catálogo das Organizações da Sociedade Civil de Caruaru - CAA/UFPE, resultante do projeto "Identificação e caracterização da sociedade civil de Caruaru/PE" coordenado pela Dra. Allene Lage.

A nossa escolha se deu em primeiro lugar pela trajetória de luta desses dois movimentos sociais do campo e em segundo lugar pelo tempo da vida destas experiências. Entre estes dois movimentos, respeitando suas diferenças, há uma convergência dos limites, dificuldades e dos esforços por mudarem as relações sociais e a preocupação com melhores condições de vida para as mulheres do campo. Neste sentido, quadro anterior nos aponta as primeiras aproximações para este estudo comparativo sobre a mulher dentro destes dois movimentos sociais, conforme consta no Projeto de pesquisa que deu base a este Projeto de Iniciação Científica.





Técnicas de Coleta

As técnicas de coleta de dados serão várias, de modo a atender as oportunidades de compreensão que estes encontros podem oferecer. Entre estas técnicas estão à observação participante, as conversas informais e as entrevistas semi-estruturadas, que segundo Gil (2008), “a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes buscarem coletar os dados e a outra se apresenta como fonte de informação”(GIL, 2008, p. 109).

Análise e Sistematização de Dados

Nesta pesquisa será utilizado o instrumento analítico a técnica de análise de conteúdo que nos permite uma análise crítica fugindo do senso comum e nos possibilitando uma investigação satisfatória para responder nosso problema.

A análise de conteúdo é uma técnica que nos possibilita verificar as informações. Como técnica pode ser desenvolvida em diversas pesquisas, segundo Valla (2001), “a finalidade da análise de conteúdo será, pois efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (VALLA, 2001, p. 104).

Discussões e resultados

Através das observações no campo de estudo os dois Movimentos Sociais do Campo em Pernambuco, o MST-PE e do MMTR/NE, ambos constituídos de mulheres trabalhadoras rurais, sendo que o primeiro Movimento também é constituído por homens, estes vêm desenvolvendo um trabalho pautado na construção de um novo projeto societário que tem como objetivo maior a busca da igualdade social como um todo e no caso específico desse estudo direcionamos o nosso olhar para a questão das relações de gênero. Nesse sentido as discussões aqui tratadas serão pautadas em conhecer os aspectos da identidade e subjetividade das mulheres, enquanto





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dimensões (in)visibilizadas dentro dos Movimentos Sociais do Campo, que contribuem para a desconstrução de suas ausências e subalternizações e a produção de novos processos identitários.

Nesta direção é necessário identificar quais os principais processos que (in)visibilizam as mulheres dentro dos movimentos supracitados. Neste sentido, refletimos que a luta das mulheres pela sua emancipação vem de longos anos, principalmente a partir do movimento feminista quando iniciou suas reivindicações.

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Nordeste (MMTR-NE) tem em seu trabalho uma pauta direcionada para as mulheres do campo, buscando principalmente construir um quadro de visibilidade das mulheres trabalhadoras rurais nos diversos espaços da sociedade. Tendo com objetivo desenvolver ações para que as mulheres tenham condição de estarem inserida em diversos espaços da sociedade como os partidos políticos, os sindicatos e as associações, incluindo sua presença no trabalho e na família. Apresentando como missão a construção de relações justas e igualitárias entre mulheres e homens da região Nordeste, visando também à construção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais, por meio de processos educativos que visam garantir a formação política da mulher, discutidos temas atuais que tratam do papel da mulher na sociedade com o intuito de superação dos processos sociais que invisibilizam e subalternizam a identidade de mulher trabalhadora rural.

A partir de dados colhidos por meio de entrevistas, observações e conversas informais e documentos deste movimento social destacamos que uma ação importante no sentido da visibilidade na a luta por direitos é a Marcha das Margaridas, que para as mulheres trabalhadoras rurais esta mobilização incentiva as ações contra a opressão, vivenciada pelas mulheres do campo, mas não só. O MMTR/NE possui vários recursos que são conseguidos a partir de parcerias com instituições que colaboram financeiramente e tecnicamente com oficinas, palestras, capacitações, seminários, rodas de diálogos e encontros nos quais as discussões são sobre o combate à violência, cidadania, participação política, economia, produção de renda, relações de gênero.

Ainda durante o período de observações o MMTR-NE em parceria com a Casa da Mulher do Nordeste, Centro da Mulher do Cabo e o Observatório dos Movimentos Sociais da UFPE/CAA realizou algumas formações com as mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste entre os meses de Junho a Outubro de 2011, sendo estas formações direcionadas para o estudo dos seguintes





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

módulos: História do Brasil, Sociologia, Ciência Política e Feminismo, sendo estes módulos constituintes da Escola Feminista, realizada no Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, numa parceria com o projeto do Observatório dos Movimentos Sociais/CAA. Estas formações em muito contribuí na desconstrução do sentimento de medo e opressão em que muitas mulheres vivem e, isto foi observado nos relatos de algumas das participantes das formações. Sendo estes conhecimentos para as lideranças ali presentes como um importante instrumento de luta e, construção de novos processos identitários que contribuem para ressignificar a identidade e subjetividade da mulher trabalhadora rural, sendo necessário que as mulheres se empoderem de conhecimentos que instrumentalize as suas lutas por condições de igualdade na sociedade.

O outro Movimento que está sendo estudado é o MST (Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra) que tem suas ações direcionadas para a realização da Reforma Agrária, sendo um Movimento constituído por homens e mulheres. Sua luta também envolve o direito a educação, saúde, trabalho, lazer, igualdade na relação de gênero, participação política. Vale ressaltar que o MST possui um Setor de Gênero que tem seus trabalhos pautados para a formação política e ideológica das mulheres trabalhadoras rurais, buscando sempre relacionar a questões educacionais. Sua criação se deu pela necessidade da luta das mulheres do Movimento em atender as suas especificidades abrangendo, entre elas a educação. E em seu início há 10 anos era um Coletivo, termo que designa uma estrutura de menor importância. Nos últimos anos o Movimento assumiu a questão das relações de gênero, como estratégica, na luta pela reforma agrária.

Como o MST é constituído por vários assentamentos o escolhido como amostra para o nosso estudo e observação foi o Assentamento chamado pelos assentados/as de Assentamento Irmã Dorothy ou Lago Azul (nome da fazenda antes da ocupação). Através de observações e entrevistas o trabalho desse assentamento que faz parte de um Movimento Social do Campo pauta-se na luta pela terra, pela luta por direito a educação, saúde, a participação política, o próprio fortalecimento das mulheres, trabalhando a Lei Maria da Penha, as relações de gênero. Algo que notado durante a uma entrevista com uma mulher assentada foi o que um sem-terra





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

homem relatou que “a mulher manda quando paga as contas, quando participa de fato na sustentação da casa, dos/as filhos/as” (MILITANTE do MST, Diário de Campo, 06/01/2012).

De acordo com as entrevistas e conversas informais até aqui realizadas, as mulheres dentro do MST não são (in) visibilizadas, esquecidas, elas têm voz sempre participam dos atos, das pautas de definição; as definições das mulheres sempre são aprovadas, segundo elas relatam. O Assentamento Irmã Dorothy tem dois núcleos que contém dez pessoas cada um, um coordenado por um homem e outro por uma mulher, isso também porque todas as funções de liderança do MST devem ser constituídos por um homem e por uma mulher, o que inclui também nas negociações, viagens, conferências e nas demais ações que envolvem o andamento dos assentamentos.

Uma das conquistas das mulheres é que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária¹) é uma Autarquia Federal da Administração Pública Brasileira, realiza a titulação da terra em nome das mulheres e toda mulher assentada tem direito de receber sua casa em seu nome. Embora seja ressaltado pela entrevista que existem algumas dificuldades em relação há alguns homens que pensam que a mulher deve estar apenas exercendo as tarefas domésticas. A mulher trabalhadora rural possui uma singularidade de acordo com uma entrevistada, ela tem a identidade voltada para a mística de plantar, de se mobilizar, de buscar participar, apesar de este comportamento não ser uma totalidade entre as mulheres sem-terra.

As práticas educativas vivenciadas nesse assentamento são reuniões mensais que são discutidas os problemas internos do assentamento, quando tem problemas conjugais que se referem às questões de gênero, estes são levados ao grande grupo para ser avaliados, para aconselhar o casal para evitar problemas maiores como a violência doméstica, embora como dito pela entrevistada ainda não ocorresse problemas dessa dimensão, mas se caso ocorrer serão discutidos na reunião (MILITANTE do MST, Diário de Campo, 06/01/2012).

Ainda durante esta entrevista foi dito por uma militante, que a culpa da invisibilidade é das próprias mulheres que por acreditarem que os homens por serem os mantenedores da casa têm o

¹ Para maiores informações acesse o site: www.incra.gov.br/





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

direito de ser a voz única a ser escutada, não lutam pela sua independência (MILITANTE do MST, Diário de Campo, 06/01/2012).

Mesmo com um trabalho direcionado para a luta contra o sexismo realizado pelo Setor de Gênero, no assentamento ainda há muito sexismo na fala dos homens e por vezes das mulheres também. Sair do lugar de subalternidade ao qual lhe foi imposto exige muita luta e conscientização por parte das mulheres, pois em uma sociedade como esta os espaços políticos são pouco ocupados pelas mulheres, sendo estes importantes espaços para que de fato a luta resulte em mais empoderamento das mulheres e que assim se avance na construção de novos processos identitários que visem desconstruir as ausências que as mulheres do campo são submetidas.

Diante do exposto na entrevista e pelo observado no interior do assentamento percebemos que as ações do MST, buscam integrar homens e mulheres nos processos decisórios, apesar de persistir o sexismo, o patriarcalismo de uma forma não tão rígida, mas ainda é uma concepção que contribui para invisibilizar a identidade da mulher dos movimentos sociais do campo. Mas o MST enquanto um Movimento que luta por relações de igualdade, reconhece que as mulheres precisam se mobilizar para alcançar direitos que lhe garantam uma melhor qualidade de vida, tanto nos espaços públicos como nos espaços privados.

Considerações parciais

Com o projeto em andamento, as nossas considerações parciais diante das observações e dos dados colhidos dos movimentos do MST e MMTR/NE, percebemos que a luta contra os processos de invisibilização das mulheres dos movimentos sociais do campo se dá por meio de processos educativos e de vivências políticas, que envolve a compreensão da necessidade de construção e reelaboração de saberes para o enfrentamento dos processos que invisibilizam as mulheres dentro dos movimentos sociais do campo.

As principais estratégias dessas mulheres estão voltadas para o fortalecimento mútuo de suas lutas tanto no espaço doméstico quanto no espaço da público da produção, da educação e da





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

participação política, que possam romper com as violências em todos os campos sociais em que estas mulheres atuam.

Referências

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira, LONGHI, Márcia. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry. LEWIS, Liana. QUADROS, Marion Teodósio de, (orgs) **Gênero, Diversidade e Desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para formação docente**. p. 80. Editora Universitária - UFPE. 2009.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos Sociais e Educação Popular do Campo (re) constituindo Território e a Identidade Camponesa. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes, JEZINE, Edineide (orgs) **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**, p. 176. SP: Editora Alínea, 2007.

BRASIL. Cadernos da SECAD 2. Brasília, 2007.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org) & NETO, Otávio Cruz. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 23ª Edição, 1994.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. Mulheres Camponesas e a emergência de si: a construção de identidades. In: MACHADO, Charliton José dos Santos. NUNES, Maria Lúcia da Silva, (orgs) **Gênero & Sexualidade perspectivas em debate**. p. 244. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996:35ª edição.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Trad: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GIULANI, Paola Cappellin. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: PRIORE, Mary Del (org). **Histórias das Mulheres no Brasil**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GONH, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

HALL, Stuart. A identidade em Questão. In: HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. p. 21. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____, Stuart. Nascimento e Morte do Sujeito Moderno. In: HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. p. 45-46. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____, Stuart. Introduction. Who Needs “Identity”, in Hall, Stuart; DU GAY, Paul (orgs) **Questions of Cultural Identity**. Lonares: SAGE. 1-17(1996).

HERNÁNDEZ C, O. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, P. CORDEIRO R. & MENEZES M. (org.). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal**. Volume I – Dissertação de Doutorado. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005.

LAGE, Allene. **A Mulher nos Movimentos Sociais do Campo- Identidades, Saberes de Luta e Educação. Um Estudo Comparado entre as Mulheres do Movimento Sem Terra e as do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais**. UFPE-CAA. EDITAL CNPQ Nº 03/2009.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

NOBRE, M. et al. Revista Cadernos Sempre Viva. **Gênero e Agricultura Familiar.**

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org), **Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado.** p. 735-775. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso do "Skylab". In: **Revista Crítica**, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.

SCOTT, P. RODRIGUES A, C. SARAIVA J. C. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, P. CORDEIRO R. & MENEZES M. (org.) **Gênero e Geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Cristina Bereta da. O lugar das Relações de Gênero na Construção do MST. In: SILVA, Cristina Bereta da. **Homens e Mulheres em Movimento. Relações de Gênero e Subjetividades no MST.** Florianópolis: Momento Atual, 2004.

_____, Cristina Bereta da. Estranhamento Iniciais de uma “Viajante”. In: SILVA, Cristina Bereta da. Homens e Mulheres em Movimento. Relações de Gênero e Subjetividades no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOUZA, João Francisco de. **Atualidade de Paulo Freire: contribuição ao debate sobre a educação na diversidade cultural.** Recife: Ed. Bargaço; NUPEP, 2001.

VALLA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO (orgs), José Madureira. **Metodologia das Ciências Sociais.** 11ª Edição. p. 101-128. Porto: Afrontamento, 2001.

